



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL de LONDRINA

---

GEYSA MACHADO CASCARDO

**MAPEAMENTO DO CONHECIMENTO DE PROFESSORES  
SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

---

Londrina  
2016

GEYSA MACHADO CASCARDO

**MAPEAMENTO DO CONHECIMENTO DE PROFESSORES  
SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo

Londrina  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Cascardo, Geysa Machado.

MAPEAMENTO DO CONHECIMENTO DE PROFESSORES SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR / Geysa Machado Cascardo. - Londrina, 2016.  
48 f.

Orientador: Alex Eduardo Gallo.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2016.  
Inclui bibliografia.

1. Violência intrafamiliar - Tese. 2. Professor - Tese. 3. Escola - Tese. I. Gallo, Alex Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

GEYSA MACHADO CASCARDO

**MAPEAMENTO DO CONHECIMENTO DE PROFESSORES SOBRE  
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Solange Maria Beggiato Mezzaroba  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Ednéia A. Peres Hayashi  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 06 de setembro de 2016.

Dedico este trabalho a minha mãe Sônia que fez tudo ser possível, mesmo parecendo impossível.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador (Alex Gallo) não só pela constante e frequente orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade, pelos anos de dedicação e compreensão, que proporcionou não somente esse trabalho, mas todos os outros aos quais atuamos. Por me aceitar em seus projetos, mas acima de tudo por me permitir fazer parte de sua vida. Agradeço pelo amigo que se tornou e por estar sempre ao meu lado, nos bons e maus momentos, por não desistir de mim e sempre acreditar que seria possível.

A professora Dr<sup>a</sup> Camila Muchon de Melo que me incentivou a não desistir quando as dúvidas apareceram em meu caminho, pela sua dedicação e compreensão, antes que eu estivesse conquistado minha vaga no programa. Uma pequena atitude a fez tão importante nessa trajetória. Muito obrigada!

Aos professores que fizeram presente em toda a minha trajetória, daqueles que me acompanharam aos primeiros erros, dos que não me lembro, dos que tenho tanta admiração, que me fazem pensar em trilhar esse caminho da docência que acaba sendo tão complicado. Aqueles que me ensinaram como devo agir e aqueles que me ensinaram como não devo agir, afinal foi extremamente importante entender que os modelos negativos me mostram como os alunos se sentirão.

A todas as escolas que abriram as portas para a pesquisa e se prontificam auxiliando em tudo o que foi necessário. Aos professores que colaboram com a pesquisa, respondendo aos questionários e se interessando pela temática, ou criticando, afinal tudo serve para compreendermos a importância e a necessidade da pesquisa.

A banca da disciplina de projetos Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Silvia Fornazzari e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marcia Gon, por todas as correções para que o trabalho pudesse ser estruturado de uma maneira mais clara. A banca de qualificação Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Nádia Kienem, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Solange Mezzaroba, e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ednéia Perez Hayashi, por todos os apontamentos que auxiliaram esse trabalho a chegar a versão final, e como ele poderia ser melhor executado, por todas as sugestões que proporcionaram visualizar a necessidade de um pequeno passo.

Agradeço imensamente a toda atenção e carinho que os professores da Estatística (Prof. Dr. José Carlos Dalmas; Prof. Ms. José da Costa Soeiro e Prof. Dr. Waldir Medri) tiveram comigo, foram muito atenciosos e me auxiliaram em todas as dúvidas, inclusive por concordarem que cada um tem seu espaço no mundo, sendo necessário o desenvolvimento das diferentes habilidades.

Aos colegas que me auxiliaram no caminho, afinal sem eles nossos

momentos seriam mais pesados. Agradeço a Lucia H. M. Politi, por todos os momentos que me aguentou, que me ajudou, que me ouviu e que acima de tudo me ensinou, sem você o trabalho seria muito mais doloroso.

Gostaria de agradecer também algumas pessoas que contribuíram mais de perto para essa conquista. Primeiramente a minha mãe Sônia Aparecida Pereira Machado, que por muitas vezes renunciou tudo em sua vida para que a minha fosse mais fácil e possível, que desde o início de sua vida preferiu abdicar de tudo, até do mais básico para que a mim não faltasse nem o superfulo. Por sempre acreditar que conseguiria e mesmo em cada falha esteve ao meu lado em silêncio esperando meu levantar, apoiando meus momentos. Por aguentar, por mais difícil, todos os momentos de raiva e angustia com compreensão e carinho.

Ao Rafael Seidi Shigueoka por aguentar todo o estresse e mesmo assim permanecer ao meu lado, por sempre acreditar que conseguiria, mesmo quando eu mesma já havia desacreditado. E por sua família que me acolhe como se eu fosse um membro permanente, me ajudando sempre em tudo o que eu preciso, tornando meu caminho menos pesado.

Por todos os meus amigos e familiares que entenderam meu afastamento e minhas ausências para que pudesse concluir esse projeto tão importante para mim.

À CAPES pelo apoio financeiro durante todo esse trajeto e também a Fundação Araucária pela apoio financeiro parcial, para a conclusão desse trabalho.

Em geral os agradecimentos costumam ser a parte mais difícil, afinal são inúmeras pessoas que contribuem e não conseguimos nos lembrar para citar, nome por nome, mas quero agradecer imensamente a todos que me ajudaram de alguma maneira. Se o nome não foi citado, explica-se apenas pelo fato de que nesse momento de redigir não consegui me lembrar, mas agradeço profundamente a todos, sintam-se parte dessa conquista.

Muito obrigada!!!

*“Depois de termos conseguido subir a uma grande montanha, só descobrimos que existem ainda mais grandes montanhas para subir”.*

(Nelson Mandela, s/a)

CASCARDO, Geysa Machado. **Mapeamento do conhecimento de professores sobre violência intrafamiliar**. 2016. 48f. Dissertação (Pós-graduação em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

## RESUMO

A violência é um tema global, presente em todos os contextos, seja na escola, no trânsito, nos meios de comunicação, etc. Ocorre de várias formas: física, psicológica, sexual e a negligência. Uma criança que sofre maus tratos na infância tem a possibilidade de no futuro cometer crimes violentos, gerando um ciclo. Quando a violência ocorre no ambiente intrafamiliar, a escola pode ser um ambiente de intervenção, ela pode auxiliar essas crianças e/ou adolescentes, possibilitando a quebra desse ciclo. O presente estudo buscou mapear o conhecimento que os professores possuem relacionados à violência intrafamiliar que se reflete no ambiente escolar. Participaram do estudo, 161 professores, da rede Estadual de ensino, de uma cidade do interior do Paraná, de oito escolas públicas, com turmas de 6º a 9º ano e ensino médio. Primeiramente foi elaborado um questionário com 61 questões em escala tipo likert, de cinco pontos e dividido em sete categorias. Passou pela avaliação de seis juízes, e aprovação do Comitê de ética. Após, foi submetido a um piloto, com um docente que se encaixasse no perfil procurado. Os resultados foram divididos em: dados gerais dos participantes e análise das categorias, para cada afirmativa existia uma resposta esperada e foram analisadas, com base na resposta assinalada por cada professor. Os dados gerais apontaram que a maioria dos participantes foi de mulheres (72%), com idades entre 23 e 66 anos, tempo médio de 17 anos, tanto de formação, quanto de atuação, 53% dos participantes sendo da área de humanas, 25% de exatas e 19% de biológicas, maioria católica e praticante. Esses dados corroboram com o documento divulgado pelo Boletim de Docentes da rede Estadual do Paraná de 2014. Na segunda parte do questionário a última questão foi apenas de sim ou não: “Enquanto professor você já identificou algum caso de violência intrafamiliar” 39,1% responderam que não, enquanto 46,6% responderam sim e 14,3% não responderam. Os resultados estatísticos dessa análise sugerem que não houve diferença significativa entre as respostas, de acordo com o teste A/B. A análise das categorias foi realizada com base na avaliação das respostas, chamando-se de opção esperada o conjunto assinalado pelo professor, com base na literatura da área. A primeira categoria denominada consequência no comportamento do aluno, 72,92% dos professores assinalaram a opção esperada. A segunda categoria denominada repertório que analisa quais comportamentos o professor possui para auxiliar os alunos vítimas de violência intrafamiliar, 48,86 assinalaram a opção esperada. A terceira categoria denominada características do agressor 76,38% dos entrevistados assinalaram a opção esperada. A quarta categoria possíveis intervenções, mostrou que existe uma dificuldade por parte dos educadores em relação às intervenções a serem realizadas, já que apenas 47,57% assinalaram a opção esperada. A quinta categoria informações para professores, 71,23% assinalaram a opção esperada. A sexta categoria, interferência no ambiente escolar, 61,12% assinalaram a opção esperada. A sétima e última categoria relaciona-se com informações gerais sobre violência 78,49% assinalaram a opção esperada. Deste modo, os resultados apontaram que professores tem conhecimento sobre a temática, contudo não sabem como intervir adequadamente.

**Palavras-chave:** Violência intrafamiliar. Professores. Escola.

CASCARDO, Geysa Machado. **Teachers knowledge mapping about family violence**. 2016. 48p. Dissertation(Post-graduation on Behavior Analysis) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

## ABSTRACT

Violence is a global issue, present in every context, as school, traffic, communication media, etc. It happens in different forms: physical, psychological, sexual, and neglect. A child who suffers violence in childhood has the possibility to commit violent crimes in the future, maintaining a cycle. When violence takes place in family environment, school can be an intervention context, helping children and adolescents, breaking the violence cycle. This study aimed at mapping the knowledge teachers have about family violence that reflects in school environment. Participants were 161 teachers of public schools in a Parana State town distributed in 8 schools attending grades 6 to 9 and high school. First, we developed a questionnaire on 5 points likert scale divided into 7 categories. The questionnaire was judged by 6 experts and the study was approved by university ethical committee. A pilot study with one teacher evaluated the instrument. Results are presented about participants' general information and categories analysis. For each affirmative, an expected answer was compared to teacher's answers. General information pointed that many were women (72%), aging between 23 and 66 years old, average of 17 years at the position and the same since bachelor degree, 53% had humanities education, 25% hard sciences and 19% biological areas, most were catholic and frequently attended mass. These data confirms the Teachers Bulletin Profile released by Parana State Government in 2014. In the second part of the questionnaire, the results pointed to the information teachers have about family violence noted in school environment. The last question was the only yes or no question, "as a teacher, have you ever identified any case of family violence" and 39.1% answered no while 46.6% yes and 14.3% did not answer. Statistical analysis suggest there was no significant difference among answers (A/B test). Categories analysis was comparing teachers' answers to expected answers based on literature. The first category, labelled as consequences on student behavior, 72.92% choose the expected answer. The second, repertoire teachers have to help student victim of family violence, 48.86% answered as expected. The third, aggressors' characteristics, 76.38% choose the expected answer. The fourth, possible interventions, showed teachers have difficulties to intervene with students victims of violence when 47.57% answered as expected. The fifth, information to teachers, 71.23% choose the expected answer. The sixth, interference on school environment, 61.12% answered as expected. Seventh and last, general information about violence, 78.49% choose the expected answer. Therefore, results showed teachers have information; otherwise, they do not know how to intervene properly.

**Keywords:**Family Violence. Teacher. School.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Comparação entre respostas apresentadas pelos professores e as categorias de análise: (A) Consequências no comportamento, (B) Repertório dos professores, (C) Característica do agressor, (D) Possíveis intervenções, (E) Informações para professores, (F) Interferência no ambiente escolar e (G) Informações de violência.....	26
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	12
<b>MÉTODO</b> .....	21
Participantes .....	21
Local .....	21
Instrumentos .....	21
Procedimento .....	22
<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	24
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	34
<b>APÊNDICES</b> .....	42
APÊNDICE A - Questões relacionadas ao problema da violência intrafamiliar que reflete no ambiente escolar.....	43
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	48

## APRESENTAÇÃO

A violência é um tema global, visto desde a antiguidade até a atualidade. Observando, por exemplo, o ambiente animal, pode-se notar as primeiras formas do ato violento que ocorre na disputa do mais apto, diante disso pode-se dizer que esse comportamento foi selecionado filogeneticamente para que ocorresse a sobrevivência da espécie (Skinner, 1953/2003).

A violência é um comportamento conforme a definição de Skinner (1953/2003), pois para ele comportamento é a interação do organismo com o ambiente (Skinner, 1969/1980), sendo selecionado por suas consequências em três níveis que interagem entre si: filogenético (herança genética), ontogenético (história individual) e cultural (práticas culturais). Esse modelo explica que tanto as variáveis culturais, individuais como genéticas do comportamento dos indivíduos (Dittrich & Silveira, 2015).

A violência é um exemplo disso, já que é um comportamento que ajudou o homem na seleção natural (filogenético), existe na história individual (ontogenético) seja para autodefesa, por ser natural, ou por ser aprendida como sendo necessária, ou pela cultura aceita como adequada em determinados momentos. Os atos de “bater” podem ainda ser admitidos, a menos que tragam lesão a crianças e/ou ao adolescente. (Moreira & Sousa, 2012). Porém atualmente existe a Lei nº 13.010/2014 denominada “Lei da Palmada” que busca impedir que a agressão ocorra (Politi, 2016).

O comportamento violento está presente em todos os ambientes: trânsito, cidades, campo, gangues, famílias, e de várias formas (física, psicológica, negligência e sexual). Contudo, como reduzir esses casos que ocorrem no ambiente intrafamiliar? Uma das possíveis soluções consiste em a escola tornar-se uma interventora, sendo ela um espaço com vários objetivos e um deles é a construção do sujeito apto para agir de acordo com os

preceitos estabelecidos como aceitáveis dentro de um contexto social (Brasil, 2004). A violência pode trazer danos para o sujeito, desta forma a escola tem a necessidade de intervir para reduzir esses danos.

De acordo com Widom (1995), quando uma criança sofre maus tratos na infância existe a possibilidade de no futuro cometer crimes violentos, gerando um ciclo. Desta maneira, como a escola construirá um sujeito que age de acordo com o aceitável no contexto social, se este sofre no âmbito intrafamiliar?

O presente estudo justifica-se pela necessidade de conhecer o repertório inicial dos professores, em relação aos conhecimentos que possuem em relação à violência intrafamiliar, que reflete no ambiente escolar, para a elaboração de futuras intervenções sobre a temática. Este trabalho, a princípio, baseava-se no levantamento desse repertório inicial e também na elaboração de um programa de ensino que proporcionasse a mudança no comportamento de professores para intervirem nos casos de violência intrafamiliar. Contudo houve o problema político do Estado do Paraná, em 2015, ao qual tanto as Universidades, quanto os professores estaduais da Educação Básica, que eram o público alvo, entraram em greve. Diante disso, não foi possível a criação e aplicação desse programa. Porém novos estudos podem: criar, aplicar e avaliar intervenções com essa temática, tendo como base os dados apresentados nessa dissertação.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como: “o uso intencional de força física ou poder, em forma de ameaça ou praticada, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulta ou tem uma grande possibilidade de ocasionar machucados, morte, consequências psicológicas negativas, mau desenvolvimento ou privação” (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002, p. 2).

A violência atinge a vida e a integridade física das pessoas, pode ser definida como “intervenção de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro”, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2009, p. 94). Está presente no cotidiano de todos os indivíduos e tem se tornado cada vez mais notória na sociedade, com a mídia expondo constantemente essa temática. Brino e Williams (2008) pontuam que a violência possui muitas facetas, por exemplo: a encontrada no trânsito, nas escolas, em casa, nos meios de comunicação ou até mesmo na guerra, dentre outras.

Considerando os casos de violência contra crianças e adolescentes, os dados da Secretaria de Direitos Humanos (Brasil, 2013) apontam que, cerca de 70% dos casos de violência contra crianças e/ou adolescentes, no Brasil, acontecem em residências, seja da vítima ou do agressor, e acabam sendo cometidos pelos pais (pai ou mãe). Uma possível explicação para que estes agridam seus filhos vem da cultura com a qual grande parte da sociedade é conivente e cuja educação (dos filhos) é baseada na violência. Sendo considerada uma prática histórica e mutável, até pouco tempo era regularizada, porém, atualmente, tem sido objeto de enfrentamento e punição jurídica e social (Lei n. 13.010, 2014). Contudo, existem famílias que praticam a violência com base nas concepções antigas. A violência intrafamiliar ainda é justificada como um processo educativo. O “bater” é admitido, sendo censurado apenas quando produz uma lesão grave à crianças e/ou adolescente (Moreira & Sousa, 2012).

De acordo com o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2012), 39,1% dos atendimentos de crianças e/ou adolescentes no SUS são de agressões cometidas pelos responsáveis. Em relação específica da violência física praticada pelo pai ou mãe corresponde a mais de 50% das notificações até os nove anos, 31,3% até os 14 anos e 11,6% dos 15 aos 19, ou seja, até os nove anos, de cada 10 crianças, pelo menos cinco já sofreram algum episódio de violência física que precisou de atendimento no SUS.

As modalidades de violência mais comuns no cotidiano são: a física, psicológica, sexual e negligência (Gomide, 2001, 2003, 2006, 2007; Williams, 2004; Biscouto, 2012). A *violência física* é a mais fácil de ser visualizada, visto que pode deixar hematomas pelo corpo, por exemplo, beliscões, chutes e tapas (Azevedo, 1985). A *psicológica ou emocional* é a menos visível, já que não deixa traços físicos ou provas do ocorrido, envolve humilhações constantes e ameaças (Azevedo & Guerra, 1997). A *negligência* envolve a omissão, ou seja, alude em não fazer quando se deveria fazer, implica em um abandono das crianças, em não efetuar os cuidados básicos de saúde e segurança das mesmas (Lamb, 2013). A *violência sexual* implica em qualquer jogo sexual imposto que vise o prazer do agressor. No abuso sexual pode ou não ocorrer à penetração, visto que a exposição dos órgãos genitais, imagens eróticas, tocar as partes íntimas da vítima, ou pedir para que ela toque, são formas de violência sexual (Lamb & Sim, 2013). O abuso sexual infantil pode ser definido como situação na qual a criança e/ou adolescente é usado para gratificação de outro indivíduo mais velho, com base em uma relação de poder (Brino, 2009).

Segundo Brino e Williams (2003), o abuso sexual infantil pode ser prevenido com base em três níveis: (a) primário, com o objetivo de detecção precoce das crianças em situação de risco, como por exemplo, ensinar estratégias de enfrentamento; (b) secundário, com o objetivo de eliminar ou reduzir os fatores que propiciam os atos agressivos, por exemplo, capacitação com professores; (c) terciário, que implica no acompanhamento

tanto das vítimas quanto do agressor por profissionais. Esses níveis de prevenção, especificados por Brino e Williams (2003), também são condizentes com todos os tipos de violência, sendo a intervenção, nesses casos, adequada à temática.

Contudo, essas modalidades de violência só são separadas para a melhor compreensão dos tipos e de suas características, pois elas raramente aparecem de modo isolado, sendo na maior parte inter-relacionadas. Para exemplificar, quando existe a violência sexual, há também a psicológica, visto que um responsável que abusa sexualmente de uma criança utiliza-se da violência psicológica em forma de ameaça para que o infante não relate o abuso.

A violência intrafamiliar é o tipo de violência mais comum na sociedade, que abarca todas as formas. Ela pode ser caracterizada como uma omissão ou ação que deprecie o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ocorrer dentro ou fora do ambiente residencial, cometida por um membro familiar tendo ou não laços consanguíneos, inclusive indivíduos com alguma função parental, na presença de relação de poder (Brasil, 2001).

No Behaviorismo, comportamento é a “interação do organismo com o meio” (Skinner, 1953/2003). Essa interação pode ocorrer de duas maneiras: uma de modo reflexa como, por exemplo, a dilatação da pupila na ausência de luz; um barulho (estímulo antecedente) produz um conjunto de respostas como: aumento da pressão arterial, taquicardia, sudorese, entre outros (de Rose, 1999) e a outra de maneira operante, que considera que as consequências de um comportamento podem influenciar a probabilidade de este ocorrer novamente, ele se dá de três maneiras, se ocorrer novamente ele foi reforçado, por exemplo, quando um aluno tem boas notas é elogiado e volta a tirar boas notas. Ele pode ser reforçado negativamente, quando se toma um remédio para dor de

cabeça, para retirarmos a dor, um terceiro tipo é o estímulo punitivo, por exemplo, a criança faz birra, leva bronca e para de fazer birra na presença da mãe.

Conforme Skinner (1953/2003), esses comportamentos modificam o ambiente e essas modificações no ambiente levam, por sua vez, a modificações no comportamento subsequente e levam a consequências. De acordo com Skinner, “nenhuma descrição do intercâmbio entre organismo e meio ambiente estará completa enquanto não incluir a ação do ambiente sobre o organismo *depois* da emissão da resposta” (Skinner, 1948/1975, p. 2). Essas interações com o meio são selecionadas de três maneiras: filogeneticamente - história da evolução da espécie; ontogeneticamente - história de vida do indivíduo; e culturalmente – história da cultura que o indivíduo pertence (Skinner, 1981; Andery, Micheletto, & Sérgio, 2009).

Widom (1995) afirma que, quando uma criança sofre maus tratos durante a infância, existe a possibilidade de no futuro cometer crimes violentos, gerando dessa forma um ciclo. O comportamento violento é complexo, tendo em vista sua multideterminação e a ausência de um agente iniciador. De acordo com Gallo (2015), em uma análise funcional é possível identificar de quais variáveis o comportamento violento é função (Gallo, 2006, 2008; Gomide, 2003; Del Prette & Del Prette 2003; Cicchetti, 2004).

A necessidade de estudos sobre a prevenção de violência intrafamiliar justifica-se pelos altos índices dos casos de violência. A prevenção é uma das melhores alternativas para esta problemática contra a criança, e a família é o ambiente mais adequado à intervenção. Alguns estudos, como Prada e Williams (2007) e Gallo, Cheffer, Moraes, Cascardo, Lima e Duarte (2010) realizaram programas de intervenção com pais para reduzir o índice de violência. Esses estudos ensinaram estratégias que permitissem a eles, alternativas para o uso da punição, para que não fosse necessária a utilização da violência

física ou psicológica. Os resultados apontaram melhoras não apenas para a criança, mas nas interações dos pais com elas e na relação entre todos os membros da família.

Quando uma criança e/ou um adolescente é agredido no local em que, supostamente, deveria estar protegido da violência, sua casa, por exemplo, fica exposta a uma situação de desamparo. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA(Lei n. 8.069, 1990)prevê a proteção contra qualquer forma de exploração, discriminação, violência e opressão. De acordo com o artigo 56, inciso primeiro, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Nesse contexto, a escola possui um papel preponderante que pode influenciar, positivamente, pais e comunidade (Brino, 2001; Gallo, 2008). Ela torna-se um dos lugares a quem as crianças e/ou os adolescentes podem contatar para auxiliar na denúncia e no enfrentamento da violência. Para que isso aconteça, é preciso que a comunidade escolar esteja preparada para lidar com esses casos e, em parceria com os demais atores das Redes de Proteção Integral, participar dos processos de notificação dos responsáveis e do acompanhamento dos casos após a denúncia. Também é imprescindível capacitar gestores, professores e demais profissionais de educação a fim de fortalecê-los para lidar com situações e assuntos, na maioria das vezes, dolorosos, constrangedores e, em certos casos, ameaçadores, que, por muito tempo, foram silenciados e negligenciados pela sociedade (Brasil, 2007).

Frente a isso, a escola seria um ambiente de proteção para a criança, podendo ser a maior interventora nos casos de violência intrafamiliar, por se tratar de um local neutro ao qual a criança está inserida e apresentar condições favoráveis no sentido de identificar casos suspeitos (Brino& Williams, 2003). É um lugar adequado para a identificação de casos de violência contra crianças e/ou adolescentes, já que esse local permite o encontro

cotidiano entre alunos e profissionais e proporciona o estabelecimento de afetividade, confiança e proteção (Brasil, 2007).

Diante disso, o convívio diário permite notar alterações no comportamento, no humor, na capacidade de aprendizagem e no corpo da criança e/ou do adolescente. De acordo com Brino e Williams (2003) e Maldonado (2011), há uma ausência de discussão acerca da violência intrafamiliar na formação inicial e continuada dos professores, o que pode produzir atitudes equivocadas em relação ao encaminhamento e à solução do problema. Miranda (2003) ressalta que grande parte dos educadores não estão preparados para identificar os casos de violência e adotar as ações adequadas para seu enfrentamento.

Segundo o estudo de Silva (2006), em seu estudo, trouxe a importância de capacitar melhor os professores que atuam, constantemente, com esta problemática. A autora sinaliza, ainda, a necessidade de melhoria no atendimento às vítimas de violência, visto que os serviços precisariam ser integrados, pois a denúncia, em uma parcela expressiva dos casos de violência, pode trazer danos aos denunciantes, como ameaças e até agressões. Desta maneira, nos resultados de Silva (2006), os professores expressaram o medo que sentem diante da possibilidade de denunciar, porém, disseram conhecer as consequências que a omissão pode proporcionar na vida dessas crianças e desses adolescentes.

O estudo de Brino e Williams (2008) trouxe também dados quantitativos, além dos dados qualitativos. Na avaliação do programa, foram encontrados aspectos positivos e outros que deveriam ser modificados para que fosse possível implantar ações preventivas, junto aos professores, em relação ao abuso sexual infantil. Os resultados permitiram considerar os professores como importantes agentes de prevenção do abuso sexual, já que, de maneira geral, houve melhora do desempenho nos instrumentos na análise pré e pós-teste. Um dado relevante trazido pelas autoras é a necessidade de capacitar os professores para identificar os sinais e sintomas do abuso sexual, uma vez que eles apresentaram

dificuldade em discriminar os comportamentos inespecíficos do abuso. Porém existe a necessidade de compreender as informações, dúvidas e as suas dificuldades relacionadas a essa temática. Assim sendo, o objetivo do presente estudo foi mapear o conhecimento que os professores têm relacionado à violência intrafamiliar.

## MÉTODO

### Participantes

No município selecionado para a realização da pesquisa, existem oito escolas públicas estaduais onde atuam 276 professores, com alunos do 6º ao 9º ano e do ensino médio. O número de participantes foi baseado em uma amostra representativa dos docentes do interior do Estado do Paraná que trabalham nas escolas desse município, levando em consideração um erro amostral de 5%, com nível de confiança de 95%. Foram selecionados, aleatoriamente, deste modo, 161 participantes alocados nas oito escolas públicas estaduais do município.

### Local

O levantamento foi realizado nas oito escolas, no horário de hora atividade, para que fosse possível a adesão e não ocorresse interrupção das atividades diárias.

### Instrumentos

Foi utilizado um Instrumento elaborado pela pesquisadora e pelo orientador (Apêndice A) adaptado de Brino e Williams (2001), Padilha e Williams (2007) e Brum (2011). O Instrumento é um questionário de escala tipo likert (variando de concordo totalmente [1] até discordo totalmente [5]), contendo 61 questões que foram categorizadas de acordo com os seguintes temas: consequências no comportamento do aluno questões: 1/8/20/21/30/32/52, possíveis intervenções questões: 2/11/14/15/25/26/27/28/29, repertório do professor: 3/4/5/6/7/10/12/13/16/17/18/19/61, informações sobre violência: 22/24/34/35/39/48/51/53/54/56/57/58/60, características do agressor: 23/41/42/46/47/55, informações para professores: 31/33/44/49/50/59, interferência no ambiente escolar:

9/36/37/38/40/43/45. O questionário contém informações com dados básicos relacionados ao sexo, à idade, ao tempo de formação, à religião, à área de atuação, ao tempo de prática profissional e, também, uma questão de múltipla escolha relacionada à identificação do caso de violência intrafamiliar no âmbito escolar. As questões foram elaboradas para que possibilitasse uma melhor compreensão como o professor se vê em relação à violência intrafamiliar que se reflete no ambiente escolar e como esse professor age em caso de contato prévio com esse tipo de situação em seu trabalho.

### **Procedimento**

Primeiramente, foi realizada a adaptação do Instrumento e depois passou por avaliação de seis juízes, sendo três alunos de mestrado do Programa de Análise do Comportamento da UEL, que estudam a temática da violência intrafamiliar; e, três professores doutores da mesma Instituição para auxiliarem na confecção do mesmo. Após a realização das devidas correções, foi realizado um estudo piloto com um professor da rede Estadual, para avaliar o tempo necessário para o término do questionário e possíveis necessidades de revisão no instrumento.

Foi efetivado contato com as escolas a fim de saber o número total de professores, todavia, alguns estavam sendo contados duas ou mais vezes por ministrarem aulas em mais de uma escola, por isso o número total foi retirado do site do Portal Transparência do Paraná.

Durante o primeiro contato, foram solicitadas autorizações por escrito para que a pesquisa pudesse ser realizada dentro do espaço escolar, com os docentes que se dispusessem a ajudar. Todas as escolas autorizaram e mostraram-se bastante receptivas à pesquisa.

Em seguida, o trabalho foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Posteriormente, à aprovação do mesmo pelo número - CAAE 47850715.3.0000.5231-, foi agendado, nas escolas, o momento apropriado para a coleta de dados que se deu de maneira individual, durante à hora atividade, na sala de permanência, sendo que a pesquisadora perguntava se o participante poderia responder a um questionário sobre violência intrafamiliar para uma pesquisa de mestrado. Após esse momento, era entregue o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B) para a realização da pesquisa e, posteriormente, o Instrumento. Os que se dispuseram foram orientados a responder da maneira que melhor se adequasse a sua concepção do tema. Sendo uma aplicação individual, eles puderam responder o questionário no tempo que fosse necessário. Levaram, aproximadamente, 20 minutos, alguns levaram mais ou menos tempo, contudo o ritmo de cada um foi respeitado.

A duração da coleta levou em consideração o tamanho e período de funcionamento da escola. Algumas escolas atuavam manhã e tarde, outras manhã e noite e, até mesmo, manhã, tarde e noite. A pesquisadora foi, durante uma semana, em cada escola (de segunda a sexta-feira) em todos os horários de funcionamento. A coleta foi realizada em, aproximadamente, oito semanas entre julho e novembro de 2014.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo foram divididos em duas partes: os dados gerais dos participantes e os dados relativos aos resultados da análise estatística das categorias. Com base nos dados gerais dos participantes, os resultados apontaram que 72% são mulheres, 27,32% são homens e 0,68% não responderam, o que corrobora com os dados da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2014), dos quais, vale a pena destacar que no Estado do Paraná apenas 25,4% dos professores são do sexo masculino. A média da idade é de 43,3 anos, com desvio padrão de 7,56, sendo a mais jovem de 23 anos e a mais velha de 66 anos. Com base nos dados do estado, a média de idade desses professores foi de 40 anos. A média do tempo de formação ficou em 17,41 anos, sendo que a professora formada há menos tempo é 0,6 ano (8 meses) e a mais velha é formada há 35 anos, com desvio padrão de 8,62. A média do tempo de atuação foi de 17,01 anos, com desvio padrão de 9,15 anos.

Em relação à área de formação, os dados foram agrupados em humanas, exatas, biológicas e não responderam. A área de humanas abarcou as disciplinas de: história, artes, letras, filosofia, sociologia, pedagogia e música e correspondeu a 53%, enquanto que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2014) apontou 44,7%. Nas exatas, as disciplinas de: matemática, física, química, engenharia, geografia e administração com 25%, enquanto os professores do Paraná são 23,1%. As áreas biológicas: ciências biológicas, ciências e educação física com 19% e, no estado, são 19,8% e não responderam 3%, enquanto que a pesquisa da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2014) apontou outras formações que na pesquisa atual não foram encontradas.

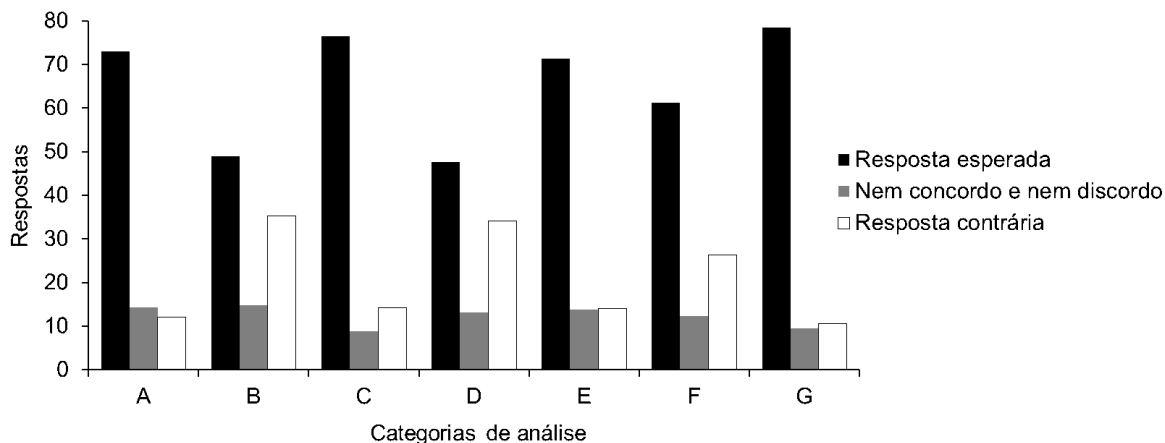
Com relação à religião, a maioria declarou-se católica com 70,6% dos participantes, 14,6% declararam-se evangélicos, 7,3% não responderam, 7,5% declararam

outras religiões. Em relação a serem praticantes ou não da religião, 80% declararam-se praticantes, 6,6% não praticantes e 6,6% não responderam.

Pode-se observar que a maioria dos participantes foram mulheres, com idades entre 23 e 66 anos. Com tempo médio de 17 anos tanto de formação quanto de atuação. Com 53% dos participantes sendo de humanas, 25% de exatas e 19% de biológicas. Com a maioria católica e praticante. Esses dados corroboram com os dados divulgados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2014),

Em relação à segunda parte do questionário, denominada de questões relacionadas ao problema da violência intrafamiliar que reflete no ambiente escolar, os dados foram agrupados de acordo com as categorias descritas no método. O instrumento foi construído com um gabarito, em cada pergunta havia uma assertiva selecionada que foi considerada e denominada como resposta ou opção esperada. A análise das categorias foi realizada com base na avaliação das respostas, chamando-se de resposta esperada o conjunto assinalado pelo professor, em relação ao esperado com base na literatura da área. Por exemplo, na questão 1 “perguntar aos alunos sobre as relações familiares fornecerá informações sobre seus riscos relacionados à violência intrafamiliar” o esperado era que se respondesse concordo totalmente ou mais concordo do que discordo, pois, perguntar trará informações sobre suas relações. Deste modo pode-se considerar através das respostas se os professores sabiam ou não sobre aquele tema.

Foi elaborada a Figura 1 que compara as respostas em cada uma delas. As cinco opções foram agrupadas em três, por estarem inter-relacionadas, da seguinte maneira: a) “concordo totalmente” e “mais concordo do que discordo”; b) “discordo totalmente” e “mais discordo do que concordo”; e c) “nem concordo, nem discordo.



*Figura 1.* Comparação entre respostas apresentadas pelos professores e as categorias de análise: (A) Consequências no comportamento, (B) Repertório dos professores, (C) Característica do agressor, (D) Possíveis intervenções, (E) Informações para professores, (F) Interferência no ambiente escolar e (G) Informações de violência.

Na última questão: “Enquanto professor você já identificou algum caso de violência intrafamiliar”, 39,1% responderam que não, enquanto 46,6% responderam sim e 14,3% não responderam. De acordo com o teste estatístico A/B, os resultados sugerem que não houve diferença significativa entre as respostas. Portanto não se pode afirmar que os professores identificaram ou não algum caso de violência intrafamiliar.

Na primeira categoria, denominada consequência no comportamento do aluno, 72,92% dos educadores optaram pela resposta esperada, mostrando que possuem conhecimento em relação à forma como a violência interfere no comportamento do aluno. De acordo com estudos (Wolfe, Crooks, Lee, McIntyre-Smith, & Jaffe, 2003), é possível observar alterações no funcionamento cognitivo, emocional e na vida escolar e social das crianças e/ou dos adolescentes expostos à violência intrafamiliar. Alguns exemplos são as ausências frequentes, o baixo rendimento, a falta de atenção e de concentração e os comportamentos como agressividade, passividade, apatia e choro que podem ser indicadores significativos de abuso (Azevedo & Guerra, 1989, 1998; Furniss, 1993; Gabel, 1997; Hutz, 2002). Desta maneira, os docentes têm conseguido observar essas mudanças.

Na segunda categoria, denominada repertório que analisa quais comportamentos o professor possui para auxiliar os alunos vítimas de violência intrafamiliar, 48,86% responderam o que se esperava. Deste modo, pode-se analisar que menos de 50% possuem um repertório necessário para analisar o comportamento dos alunos que sofrem algum tipo de violência intrafamiliar. De acordo com Vagostello, Oliveira, Silva, Donofrio e Moreno (2003), os docentes são capazes de identificar as vítimas, mas não conseguem solucionar os casos, adequadamente. A escola, quando tem conhecimento de um caso em 69,6% das vezes, aciona os pais para uma orientação, o que contrasta com o esperado que é informar os órgãos competentes sendo que apenas 33% o fazem. Chamar os responsáveis não é o procedimento mais apropriado, uma vez que a maioria dos casos é intrafamiliar, ou seja, contatando os pais, a escola estaria informando aos agressores sobre suas suspeitas, o que levaria ao acobertamento do caso.

Na terceira categoria, denominada características do agressor, 76,38% dos entrevistados assinalaram a questão esperada, o que pode indicar que eles conhecem as características comportamentais de um agressor. Essa foi à segunda categoria com mais respostas aproximadas do esperado, isso pode ser dado ao fato de que a agressão está muito presente na sociedade, ou seja, sempre existem casos na mídia ou informação de algum familiar, um amigo, um professor, ou qualquer indivíduo ao seu redor que seja violento. De acordo com o Waiselfisz (2015), em 2014, mais de 52.000 pessoas morreram vítimas de homicídio no país, ou seja, são 29,1 mortes por 100.000 habitantes, aproximadamente, 143 assassinatos por dia; foram notificados mais de 50.000 casos de estupro, aproximadamente, 25,9 estupros por 100.000 habitantes, isso sendo apenas os casos confirmados, não estão inseridos, nesses dados, as tentativas de estupro. Aconteceram mais de 228.000 roubos de carro no ano, aproximadamente, 57 carros

roubados por hora. Diante de tais informações, pode-se compreender o porquê de os professores conhecerem o perfil dos agressores.

A quarta categoria, possíveis intervenções, mostrou que existe uma dificuldade por parte dos educadores em relação às intervenções com os alunos vítimas de violência intrafamiliar, sendo que apenas 47,57% assinalaram a resposta esperada. De acordo com Vagostello, Oliveira, Silva, Donofrio e Moreno (2003), as intervenções da escola, nos casos de violência, resultaram no compromisso verbal dos responsáveis em modificar sua conduta. Isso tem se mostrado ineficiente, uma vez que os pais se comprometem a transformar sua conduta, contudo ela volta a ocorrer.

Na quinta categoria, informações para professores, 71,23% assinalaram a resposta esperada, o que indica que eles recebem informações em relação à violência intrafamiliar, seja por meio de palestras, de folders, as informações em relação à violência intrafamiliar têm sido apresentadas.

Na sexta categoria, interferência no ambiente escolar, 61,12% assinalaram a resposta esperada o que pode indicar que eles têm conhecimento sobre os problemas causados pela violência intrafamiliar, mostrando que os educadores conhecem os danos que podem ser provocados no indivíduo.

Na sétima e última categoria, que se relaciona com informações gerais sobre o tema, 78,49% assinalaram a questão esperada, indicando a existência de informações e a maioria dos docentes já têm essa informação. Essa categoria foi a que mais se aproximou em relação ao esperado, talvez dada à Lei 10.349/2015 que obriga a mídia a veicular propaganda contra a violência.

Deste modo, os resultados apontaram que os professores possuem as informações, entretanto sem repertórios adequados para uma intervenção. Diante disso, pode-se constatar que a informação não muda comportamento, já que informação é comportamento

verbal e, de acordo com Skinner (1988), é, também, modelado e mantido por suas consequências reforçadoras, uma vez que apenas o verbal é modelado, não sendo desenvolvidos outros repertórios.

Estudos na análise do comportamento evidenciaram que o comportamento verbal pode determinar o comportamento não-verbal quando o comportamento verbal é modelado, o que se denomina de correspondência verbal (Wechsler & Amaral, 2009). Essa correspondência verbal pode ser definida como a relação entre o comportamento verbal e o não-verbal. Deste modo, uma maneira de modificar o comportamento humano é modificar o que os indivíduos falam para si próprio ou pensam (Catania, 1998/1999).

Wechsler e Amaral (2009) destacam que treinos de correspondência, permitem estabelecer, manter, diminuir ou extinguir comportamentos não-verbais por meio do controle do comportamento verbal, em três etapas: linha de base, reforçamento da verbalização e reforçamento da correspondência entre o comportamento verbal e o não-verbal, empregando três sequências diferentes: dizer-fazer, fazer-dizer e dizer- fazer-dizer.

Em situações de ensino, os princípios da análise do comportamento são muito utilizados. Skinner (1953/2003) explica que o ensinar caracteriza-se como o arranjo de contingências de reforçamento para promover a aprendizagem. Nesta mesma obra, ele coloca o que é necessário para que o ensino ocorra, devendo ser colocado sob condições de controle. A aprendizagem seria então uma mudança na probabilidade de uma resposta específica. Quando bem aplicados os princípios de análise do comportamento são eficazes.

É possível que os professores tenham sido expostos a situações em que responder verbalmente de acordo com o esperado pela sociedade tenha sido reforçado. Isso fica claro na porcentagem de respostas sobre o conhecimento dos professores sobre os temas abordados, em contraste com a porcentagem de respostas sobre o comportamento apropriado do professor em fazer encaminhamentos ou atender a uma necessidade do

aluno. Nota-se a não correspondência entre o dizer e o fazer do professor em relação à violência intrafamiliar observada na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados, em tudo que se relacionava a informações, seja em relação à violência, ao comportamento do agressor, sobre o comportamento do aluno que sofre violência, o professor teve um desempenho sempre acima dos 70%. Contudo, quando era relacionado ao que fazer, quais problemas provocados pela violência e o saber intervir, eles não obtiveram desempenho esperado, o que indica serem necessárias capacitações sobre essa temática, com conhecimentos específicos, relacionados à como intervirem e proporcionarem atividades mais próximas dos problemas encontrados em relação a esse tema e que lhes deem ferramentas para identificarem e encaminharem, adequadamente, esses alunos.

Uma das hipóteses que podem ser levantadas é a de que a maioria dos professores ainda é de representação feminina se dá pelo fato cultural, de que as mulheres se tornavam professoras para terem uma atividade fora do contexto doméstico, sendo vista como cuidadoras. As mulheres se tornavam professoras, quando possuíam algum grau de instrução para ensinar as crianças. Deste modo, as mudanças culturais ainda são lentas para se modificar essa visão da mulher e também do professor, que é visto muitas vezes apenas como cuidador.

A escola deveria ser um ambiente que proporcionasse aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos. Contudo é necessário apoio governamental que capacite os profissionais das instituições escolares no enfrentamento das diferentes situações que lhes são apresentadas no cotidiano. São indispensáveis elaborações de políticas públicas que promovam estratégias de intervenção, tanto na escola como em diferentes ambientes para que ocorra a redução da violência no âmbito familiar.

Batista e Weber (2015) fizeram uma pesquisa, com professores, relacionada a estilos de liderança e reforçam que o comportamento dos docentes pode apresentar-se

tanto como um fator de risco, como de proteção, dependendo da postura apresentada por ele em relação à responsividade, exigência e ao controle coercitivo. Deste modo, a escola, tendo o devido conhecimento e sabendo intervir com os alunos que sofrem violência intrafamiliar, reduziria à problemática e os danos.

A escola é um ambiente com vários objetivos e um deles é a construção do sujeito apto a agir de acordo com os preceitos estabelecidos como aceitáveis dentro de um contexto social (Brasil, 2004). Uma das necessidades vivenciadas pelos professores, diariamente, é a violência intrafamiliar que reflete no ambiente escolar.

De acordo com Brino e Williams (2003), os educadores, quando capacitados, são capazes de identificar o abuso. Porém falta uma discussão adequada em relação à violência intrafamiliar, tanto na formação inicial quanto na continuada dos professores, que proporciona, inúmeras vezes, um encaminhamento equivocado na tentativa de solucionar o problema (Brino & Williams, 2003).

A educação pressupõe a formação do docente e exige qualificação, sendo imprescindível a constante capacitação desse profissional. Segundo Schnetzler (1996, 2003), existem três razões para explicar a necessidade da formação continuada de educadores: a) aprimoramento e reflexões relacionadas à prática pedagógica; b) redução da distância entre a pesquisa e a prática, já que o professor também pesquisa sua prática; c) compreensão de que para ensinar não basta apenas conhecer o conteúdo e aplicar técnicas pedagógicas (Rosa & Schnetzler, 2003).

A formação inicial do professor não é adequada à prática vivida, em sala de aula, sendo indispensável a qualificação profissional. Dessa forma, torna-se importante a realização de cursos de extensão, palestras e outros momentos de exposição para desenvolvimento desses repertórios.

A formação continuada do professor vem a ser mais um suporte para que o docente consiga trabalhar e exercer a sua função diante da sociedade. A prática pedagógica, atualmente, exige um professor bem capacitado e preparado para trabalhar com os alunos e, também, com as novas problemáticas que estão presentes no cotidiano da sociedade (Mileo & Kogut, 2009).

Diante de todas as dificuldades para o término deste trabalho, o resultado mostrou-se bastante satisfatório, pois, foi possível levantar o repertório inicial de professores em relação à violência intrafamiliar. A partir desse estudo, são possíveis futuras elaborações de estratégias e intervenções com professores em relação à temática estudada, uma vez que os resultados sugeriram que os docentes têm informações sobre a violência intrafamiliar, mas não sabem como intervir.

São imprescindíveis melhorias no questionário, já que algumas questões provocaram dúvida e não deixaram tão clara qual a resposta esperada para a questão, o que precisava ser respondido, o fato de ser uma escala de cinco pontos acabou deixando o professor um tanto quanto confuso, sendo necessária talvez a redução para três pontos ou diminuição do número de questões. Apesar do tempo médio de aplicação ter sido 20 minutos, esse tempo, em alguns momentos, interferiu nos afazeres dos professores, por isso o instrumento necessita ser melhorado e repensado.

Desta forma, o estudo requer aprofundamento e também de novas pesquisas com diferentes intervenções sobre essa temática, já que é um tema pouco estudado e que necessita de publicações e pesquisas sobre ele.

## REFERÊNCIAS

- Andery, M. A., Micheletto, N., & Sérgio, T. M. (2009). Definição de comportamento. Laboratório de Psicologia Experimental. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.
- Azevedo, M. A. (1985). *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortiz.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1997). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1998). *Infância e violência fatal em família*. São Paulo: Iglu.
- Batista, A. P., & Weber, L. (2015). *Professores e estilos de liderança: manual para identificá-los e modelo teórico para compreendê-los*. Curitiba: Juruá.
- Biscouto, K. D. (2012). *Avaliação de um programa de intervenção em práticas educativas parentais para mães sociais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Paraná.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2001). *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço*. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde.
- Brasil. Ministério da Cultura e Educação. (2004). *A Escola: Programa de educação inclusiva - direito a diversidade*. Brasília: Secretaria de Educação Especial.
- Brasil. Ministério da Educação. (2007). *Proteger para educar: a escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes*. Brasília: Secretaria de Educação

- Continuada, Alfabetização e Diversidade. Recuperado de [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_cad5\\_prot\\_ed\\_adoles.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad5_prot_ed_adoles.pdf)
- Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (2013). *Direito a uma vida livre de violência*. Brasília, Distrito Federal.
- Brino, R. F. (2001). *Concepções e capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.
- Brino, R. F., & Williams, L. C. A. (2001). *Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.
- Brino, R. F., & Williams, L. C. A. (2003). Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. *Interação em Psicologia*, 7(2), 1-10.
- Brino, R. F., & Williams, L. C. A. (2008). Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. *Educação e Realidade*, 33(2), 209-230.
- Brino, R. F., Williams, L. C. A. (2009). *A escola como agente de prevenção do abuso sexual infantil*. São Carlos: Suprema Gráfica e Editora.
- Brum, C. R. S. (2011). *Violência doméstica e mudança de crenças: intervenção com profissionais da atenção primária à saúde* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. (D. G. Souza Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1998).
- Cicchetti, D. (2004). An odyssey of discovery: lessons learned through three decades of research on child maltreatment. *American Psychologist*, 59(8), 731-740.
- de Rose, J. C. (1999). O que é comportamento? Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em*

*análise do comportamento e terapia cognitivista* (pp. 79-81). Santo André, SP: ARBytes.

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2003). Habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem: Teoria e pesquisa sob um enfoque multimodal. Em A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Eds.), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp. 167-206). Campinas: Alínea.

Dittrich, A., & Silveira, J. M. (2015). Uma introdução ao Behaviorismo e à Análise do Comportamento: da teoria à prática. Em C. S. M. Bandini, L. M. M. Postalli, L. P. Araújo & H. H. M. Bandino, *Compreendendo a prática do analista do comportamento*. São Carlos: EDUFSCar.

Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.

Gallo, A. E. (2006). *Adolescentes em conflito com a lei: perfil e intervenção*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

Gallo, A. E. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 41-59.

Gallo, A. E. (2015). A análise do comportamento e o trabalho com indivíduos com problemas de conduta. Em C. S. M. Bandini, L. M. M. Postalli, L. P. Araújo & H. H. M. Bandino, *Compreendendo a prática do analista do comportamento*. São Carlos: EDUFSCar.

Gallo, A. E., Cheffer, L., Morais, A. O., Cascardo, G. M., Lima, A. C. S., & Duarte, A. C. (2010). Intervenção em grupo para ensino de práticas parentais a mães de crianças com problemas de comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 6(2), 187-202.

- Gomide, P. I. C. (2001). Estilos das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social. Em M. L. Marinho & V. E. Caballo (Orgs.), *Psicologia clínica e da saúde* (pp. 33-53). Londrina: EDUEL.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em Z. Del Prette & A. Del Prette (Orgs.) *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp. 21-60). Campinas: Alínea.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de Estilos Parentais - IEP: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gomide, P. I. C. (2007). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hutz, C. (2002). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano R. (Eds.). (2002). *World Report on Violence and Health*. Geneva: World Health Organization Press. Recuperado de <http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/9241545615.pdf>
- Lamb, M. E. (2013). Early experience, neurobiology, plasticity, vulnerability, and resilience. Em D. Narvaez, J. Panksepp, A. N Schore & T. R. Gleason (Eds.), *Human nature, early experience and human development: From research to practice and policy* (pp. 68-73). New York: Oxford University Press.
- Lamb, M. E., & Sim, M. P. Y. (2013). Developmental factors affecting children in legal contexts. *Youth Justice*, 13, 131-144.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014 (2014). Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm)

Maldonado, D. P. A. (2011). *Prevenção de problemas de comportamento em crianças pré-escolares: intervenção envolvendo múltiplos agentes* (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Marília.

Mileo, T. R., & Kogut, M. C. (2009). A importância da formação continuada do professor de educação física e a influência na prática pedagógica. Em D. S. R. Vosgerau, R. T. Ens & V. L. Casteleins (Orgs.), IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

Miranda, A. C. (2003). *Da casa à escola: Caminho fecundo para o enfrentamento da violência doméstica contra a criança* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasil.

Moreira, M. I. C., & Sousa, S. M. G. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O Social em Questão*, 15(28), 13-26.

Padilha, M. G. S. (2007). *Prevenção primária de abuso sexual: Avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescentes em ambiente escolar* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

Padilha, M. G. S., & Williams, L. C. A. (2007). *Prevenção primária de abuso sexual: Avaliação da eficácia de um programa com adolescente e pré-adolescentes em*

*ambiente escolar*(Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

Pereira, P. C., Santos, A. B., & Williams, L. C. A. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 25(1), 19-28.

Politi, L. H. M. (2016). *Lei da Palmada: uma perspectiva analítico-comportamental e o conhecimento de uma amostra da população sobre o tema*(Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Paraná.

Prada, C. G., & Williams, L. C. (2007). Efeitos de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental Cognitiva*, 9(1), 63-80.

Rosa, M. I. F. P. S., & Schnetzler, R. P. (2003). A investigação-ação na formação continuada de professores de Ciências. *Ciência e Educação*, 9(1) 27-39.

Schnetzler, R. P. (1996). Como associar ensino com pesquisa na formação inicial e continuada de professores de ciências. Em II Encontro Regional de Ensino de Ciências. Piracicaba. Atas do II Encontro Regional de Ensino de Ciências. Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo.

Schnetzler, R. P. (2003). Investigação-ação e desenvolvimento profissional docente. Em 26º Reunião Anual da SBQ - Sociedade Brasileira de Química. Workshop sobre abordagens teórico-metodológicas de pesquisas no ensino de química. Poços de Caldas, Minas Gerais.

Secretaria de Estado da Educação do Paraná. (2014). Boletim: Resultados do Censo Escolar. Curitiba, PR. Recuperado de [http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/boletim\\_censo\\_escolar\\_ed1.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/boletim_censo_escolar_ed1.pdf)

- Silva, L. C. (2006). *Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: Uma Prática Educativa com profissionais da educação* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande, Brasil.
- Skinner, B. F. (1975). *WaldenTwo: uma sociedade do futuro* (R. Moreno e N. R. Saraiva Trad.). São Paulo: Herder. (Originalmente publicado em 1948).
- Skinner, B. F. (1980). *Contingências do reforço: Uma análise teórica* - Coleção Os Pensadores. (R. Moreno Trad.). São Paulo: Abril Cultural. (Originalmente publicado em 1969).
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.
- Skinner, B. F. (1988). *Questões recentes na Análise do Comportamento* (A. Liberalesso Néri Trad.). Campinas: Papirus.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov e R. Azzi Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953).
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura(UNESCO). (2009). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265por.pdf>
- Vagostello, L., Oliveira, A. S., Silva, A. M., Donofrio, V., & Moreno, T. C. M. (2003). Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo. *Paidéia*, 13(26), 191-196.
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro. Recuperado de [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_Criancas\\_e\\_Adolescentes.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf)
- Waiselfisz, J. J. (2014) *Mapa da violência: os jovens do Brasil*. Brasília. Recuperado de [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf)

- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mortes matadas por armas de fogo*. Brasília. Recuperado de <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>
- Wechsler, A., & Amaral, V. L. R. (2009). Correspondência verbal: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 11(2), 189-208.
- Widom, C. S. (1995). The cycle of violence. Em J. D. Finkelstein, *Child abuse multidisciplinary survey short- and long-term effects* (pp. 154-159). New York: Garland.
- Williams, L. C. A. (2004). Violência e suas diferentes representações. Em G. C. Solfa (Org.), *Gerando cidadania: Reflexões, propostas e construções práticas sobre direitos da criança e do adolescente* (pp. 141-153). São Carlos: Rima.
- Wolfe, D. A., Crooks, C. V., Lee, V., McIntyre-Smith, A., & Jaffe, P. G. (2003). The effects of children's exposure to domestic violence: A meta-analysis and critique. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6, 171-187.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A - Questões relacionadas ao problema da violência intrafamiliar que reflete no ambiente escolar**

**Dados Gerais**

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**Tempo de formação:** \_\_\_\_\_ **Área de formação:**

\_\_\_\_\_ **Tempo de atuação:** \_\_\_\_\_

**Religião:** \_\_\_\_\_ **Praticante:**( ) Sim ( ) Não

**Questões relacionadas ao problema da violência intrafamiliar que refletem no ambiente escolar**

As seguintes questões dizem respeito a como você lida com vítimas de violência intrafamiliar. Por favor, leia cada afirmativa e assinale a melhor alternativa que descreve como você se sente em relação a ela. As afirmativas variam numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a “discordo totalmente” e 5 a “concordo totalmente”. Por favor, leia e assinale a alternativa referente à afirmativa lida antes de continuar a leitura da afirmativa seguinte.

<b>Afirmativas</b>	<b>1</b> Discord o totalme nte	<b>2</b> Mais discord o do que concord o	<b>3</b> Nem concord o e nem discord o	<b>4</b> Mais concord o do que discord o	<b>5</b> Concor do totalme nte
Perguntar aos alunos sobre as relações familiares fornecerá informações sobre seus riscos relacionados à violência intrafamiliar.					
Falar com os alunos sobre a violência intrafamiliar e suas consequências levará a uma diminuição dos casos.					
Conheço o suficiente sobre as causas dos problemas relacionados à violência intrafamiliar para lidar com as vítimas.					
Acho que posso aconselhar apropriadamente os alunos sobre violência intrafamiliar e seus efeitos.					
Acho que tenho muito a oferecer aos alunos vítimas de violência intrafamiliar.					
Minha formação educacional sobre os problemas relacionados à violência intrafamiliar é adequada.					
Sei o que perguntar para obter informações sobre quem é vítima de agressões.					

Os alunos ficarão irritados se o professor perguntar sobre sua intimidade familiar.					
Existe tempo suficiente durante as aulas para perguntar aos alunos sobre suas relações familiares e problemas relacionados à violência doméstica.					
Me sinto desconfortável perguntando sobre violência intrafamiliar aos alunos.					
São necessárias mais capacitações relacionadas à temática da violência intrafamiliar para professores.					
Sei como identificar vítimas de violência doméstica que não apresentem sinais claros (marcas, hematomas) de violência.					
Professores não têm habilidades interpessoais para perguntar sobre o padrão de violência intrafamiliar.					
Em geral, os professores não podem ajudar muito seus alunos na redução da violência intrafamiliar.					
Em geral, o professor sabe encaminhar o estudante para avaliação diagnóstica ou tratamento.					
Conseguiria identificar um aluno vítima de violência.					
Já conversei com os alunos quando suspeitei de que os mesmos sofriam violência.					
Já discuti o tema de violência intrafamiliar com os colegas de trabalho na escola.					
Já realizei cursos relacionados à violência intrafamiliar.					
O aluno que sofre ou sofreu violência intrafamiliar apresenta mudanças de comportamento, por exemplo, se torna mais retraído ou mais falante.					
Algumas pessoas diante do fato de estarem sendo vítimas de violência podem desenvolver sintomas como: medo, agressividade, culpa, vergonha, hostilidade.					
A vítima é culpada de estar sendo agredida.					
A violência está relacionada à idade, nível de educação, religião e nível socioeconômico.					

A maior incidência de violência intrafamiliar se encontra na população de baixo nível socioeconômico.					
Não cabe aos profissionais da educação procurar o Conselho Tutelar diante da suspeita de violência intrafamiliar.					
Cabe ao profissional da educação investigar os casos de suspeita de violência.					
Ao tomar conhecimento de casos de violência, cabe ao professor conversar com a vítima e tentar ajudar, sem se envolver e nem denunciar.					
Ao tomar conhecimento da violência cabe ao professor conversar com os responsáveis para investigar o que está acontecendo.					
Ao tomar conhecimento do caso de violência cabe ao professor procurar a equipe pedagógica e junto com a direção proceder à denúncia.					
A violência não deve ser denunciada porque pode prejudicar a vítima.					
Seria importante se os professores incluíssem em seus programas estratégias para as crianças contarem que são vítimas de violência.					
Após a denúncia a criança necessita de acompanhamento de profissionais visando o tratamento das consequências sociais e psicológicas.					
É função do professor zelar pelo desenvolvimento pessoal do aluno considerando aspectos éticos e de convívio social.					
A violência contra crianças e adolescentes é considerada crime.					
A criança não consegue se defender da violência por depender financeiramente e psicologicamente do adulto.					
De maneira geral não existe solução para a violência intrafamiliar.					
De maneira geral não existem informações do que seja a violência intrafamiliar.					
As crianças deveriam ser educadas pela escola sobre a violência intrafamiliar.					
As consequências da violência intrafamiliar são permanentes.					

Quando as pessoas sabem da violência intrafamiliar elas costumam denunciar.					
As vítimas de violência intrafamiliar podem pertencer a qualquer nível socioeconômico.					
O uso de substância lícita e ilícita aumenta os riscos de alguém se tornar agressor.					
As pessoas não denunciam porque têm medo de ameaças ou vingança.					
A escola deve denunciar aos órgãos competentes a suspeita de violência intrafamiliar.					
A comunidade deve vingar a violência sofrida pela criança ou adolescente.					
A violência intrafamiliar é cometida apenas pelo pai.					
A mãe não tem condições de enfrentamento da violência realizada no ambiente familiar.					
Os danos da violência intrafamiliar são apenas físicos.					
A escola precisa se capacitar para trabalhar a temática da violência intrafamiliar.					
Apenas a equipe pedagógica deve saber intervir nos casos de violência intrafamiliar.					
A violência intrafamiliar ocorre apenas dentro de casa.					
As crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar se tornam agressivas no ambiente escolar.					
A negligência e a violência psicológica trazem menos danos que a violência física e sexual.					
O abuso sexual envolve apenas o ato sexual (penetração).					
A crise, o desemprego e a falta de dinheiro levam os adultos a serem violentos.					
O abuso psicológico pode ser tão danoso quanto o abuso físico.					
Ninguém pode ser capaz de perceber quando uma criança está sofrendo violência dentro de casa.					
A violência física que provoca a morte é um evento raro.					

O professor precisa conhecer os recursos da comunidade para saber encaminhar os alunos vítimas de violência.					
Uma criança apresenta hematomas, queimaduras e fraturas. Isso pode indicar que ela está sendo vítima de violência.					

Enquanto professor você já identificou algum caso de violência intrafamiliar?

Sim  Não

*Obrigada !!!*

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### “Mapeamento do conhecimento de Professores sobre violência intrafamiliar”

Prezado (a) Senhor (a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “**Mapeamento do conhecimento de Professores sobre violência intrafamiliar**”, a ser realizada em “Ibiporã”. O objetivo da pesquisa é “levantar as informações de como os docentes a identificam e intervêm os alunos vítima de violência intrafamiliar”. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma em responder a um questionário estruturado, sobre as informações que possuem relacionados à violência intrafamiliar.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo o (a) senhor (a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa ou futuras pesquisas e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que o (a) senhor (a) não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são uma melhor compreensão das informações que os professores possuem relacionado ao fenômeno da violência intrafamiliar. Quanto aos riscos, pode ocorrer desconforto, contudo a qualquer momento a participação pode ser interrompida, e a pesquisadora pode oferecer um atendimento psicológico.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar (Geysa Machado Cascardo, e-mail:geysa.machado@hotmail.com, telefone: (43) 3371-4203(Programa de Mestrado em Análise do Comportamento), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC - Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor (a).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

**Pesquisador Responsável:** Geysa Machado Cascardo RG: 96845340

\_\_\_\_\_ (NOME POR EXTENSO DO SUJEITO DE PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

\*Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado, atendendo, conforme normas da Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.